

---

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina – PR.**

**Data: 12 de junho de 2019.**

1 Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezenove foi realizada reunião ordinária deste  
2 Conselho de Assistência Social, em segunda convocação às 13h45min, no Campus Ipolon: Rua  
3 Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina - PR. Estiveram presentes o (a)s seguintes conselheiro  
4 (a)s: Luís Alberto Mangili, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Rodrigo Eduardo Zambon, Renata  
5 Gomes Simões, Sara Elaine Oliveira Alexius, Maria Inês Louro, Claudia Renata Favaro, Gisélia  
6 Duarte Dias Paulino, Luciana Ferreira Alvarez, Marina B. de Andrade, Neusa Harumi Tiba, Lucimar  
7 Rodrigues da Silva, Claudio Roberto Rufino, Cassinéia Caberlin, Paulo Henrique de Aguiar, Telma  
8 Andrade de Carvalho Pitta, Claudio Marcio de Melo, Luana Garcia Campos, Alexandra C. R. da  
9 Silva, Adriana Martinelli Casagrande, Denise Maria Fank de Almeida, Aldeneide Fernandes da  
10 Silva, Priscila Aparecida da Silva, Edna Costa de Oliveira, Leonardo Aparecido Gomes, Carmelita  
11 Alexandre da Conceição. Estiveram presentes também os seguintes participantes: Neiva m<sup>a</sup> T.  
12 Lopes - Morada de Deus, Danilo A. M. Pereira - S.O.S, Kleber Maricato - LBV, Mariana Barcellos  
13 Pinheiro - Casa Acolhedora, José M. Albertoni - Lar Anália Franco, Uani R. Barbosa - Casa de Maria  
14 C.A.D, Elza Coutinho Gregoris - Adevilon, Adriana Fabia L. Paschoal - Associação Flávia Cristina,  
15 Andressa Suntou - Meprovi, Adriana Cosmo Moreira - CRAS sul A, Genoveva S. P. Oliveira,  
16 Jaqueline Aparecida Teles Gavassa – CRAS Centro A, Lídia C. L. Loback - Nuselon, Janaina  
17 Arruda Messias - Espro, Carlos da Silva – CRAS Norte A/Usuário, Flavia Josiane Motta - CMAS.A  
18 presidente do Conselho Neusa Tiba, iniciou a reunião relatando que estaria presidindo só mais duas  
19 reuniões, a reunião em andamento e a próxima que será realizada no dia 26/06/2019, pois após  
20 essa data o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social será conduzido por outros  
21 conselheiros da nova gestão. Lembrou que a primeira reunião do mês de julho será a Conferência  
22 Municipal de Assistência Social. Enquanto aguarda a presença dos conselheiros para formar o  
23 quórum qualificado para tratar dos assuntos pautados, Neusa relatou sobre a reunião realizada no  
24 último dia 07/06/2019 com a assessoria dos Parlamentares (Deputado Federal) que representam o  
25 município no legislativo federal, conforme deliberado pelo CMAS, na ocasião da deliberação dos  
26 recursos advindos da Emenda Parlamentar para as OSCs Asilo São Vicente de Paulo e para a  
27 Congregação das Irmãs Pequena Missão. Relatou que foram enviados os convites para os  
28 parlamentares, convidando para participarem de uma reunião junto a esse conselho sobre  
29 deliberações de recursos advindas de emendas parlamentares para o Município de Londrina no  
30 âmbito da Política de Assistência Social. Informou que as pessoas presentes realizaram a  
31 apresentação das demandas existentes no Município e foi solicitado para que parte dos recursos  
32 possam ser destinados para a deliberação da partilha pelo CMAS, proposta esta que foi acolhida  
33 pelas assessorias dos parlamentares Diego Alexander Gonçalo Paula Garcia, Emerson Miguel  
34 Petriv, Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro e Luísa dos Santos Silveira (Canziani), para ser  
35 discutido com os respectivos Deputados. Ficou acordado ainda que as respectivas assessorias  
36 agendarão visitas nos serviços para conhecer as demandas dos territórios de Londrina. Segundo  
37 Neusa os deputados não puderam comparecer por terem outra agenda na ACIL e enviaram seus  
38 representantes. Não houve presença e nem manifestação da Deputada Luísa dos Santos Silveira

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 (Canziani). A presidente informou que a foto do evento e a release se encontra publicado no site do  
40 CMAS. A Presidente do CMAS, Neusa Tiba deu sequência a reunião apresentando a Pauta a seguir  
41 para conhecimento e deliberação em plenária: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2.13h50:  
42 Aprovação da Ata: 08/05/2019; 3. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e  
43 Adolescentes: alteração de metas e valores; 4. Recurso do IGD-Bolsa Família e Cadastro Único; 5.  
44 Relato de comissões: a) Comissão de Fundo: B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e  
45 Avaliação de projetos e Programas; c) Comissão de Legislação; 5. Apresentação do Plano de  
46 Trabalho do Programa ACESSUAS; 6. XIII-Conferencia Municipal de Assistência Social do  
47 município de Londrina; 7. Relato da participação dos conselheiros no 130º Encontro de Apoio  
48 Técnico do FNAS; 8. Informes. A pauta foi aprovada pela maioria presente. 2. Aprovação da Ata:  
49 08/05/2019: Neusa Tiba apresentou a ata para apreciação e aprovação da plenária, apontou que a  
50 mesma já havia sido corrigida como solicitado por alguns conselheiros, sendo aprovada pela  
51 maioria da plenária. 3. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: alteração  
52 de metas e valores: Luana Garcia Campos relatou que comissão de fundo havia se reunido na  
53 manhã da quarta-feira 12/06/2019, onde discutiram o redirecionamento das metas de acolhimento  
54 institucional de crianças e adolescentes. Luana Garcia fez o resgate de como ficaram essas metas  
55 ociosas, lembrando que o CMAS já havia discutido o reordenamento do acolhimento de criança e  
56 adolescente anteriormente. O remanejamento refere-se a 10 metas da guarda subsidiada e 5 metas  
57 da família acolhedora para compor os valores de reordenamento das 100 metas do acolhimento  
58 institucional para crianças e adolescentes. Luana ressaltou que o aumento de valor seria apenas  
59 para os acolhimentos a quem aderissem ao reordenamento, observando que a Casa de Passagem  
60 não entraria nesse processo, por já receberem um valor de meta diferenciado. A conselheira Denise  
61 Maria Fank de Almeida pediu esclarecimento dos motivos desse valor acumulado. Luana explicou  
62 que está atrelado a irregularidade no repasse da união ao município, pois a gestão municipal  
63 precisou manter os serviços pagando os serviços prestados as entidades mesmo sem receber os  
64 recursos da União, com recursos próprios. Quando esses recursos chegaram ficaram acumulados  
65 na conta. A conselheira Giselia perguntou se não diminuiu vagas e a conselheira Luana informou  
66 que não, uma vez que foram redistribuídas da Casa de Maria para família acolhedora. Neusa Tiba  
67 perguntou se a proposta de reordenamento seria apresentada na presente reunião. A conselheira  
68 Sara, Gerente de Alta Complexidade/Diretoria de Proteção Social Especial/SMAS, explicou que o  
69 reordenamento seria para adequar o serviço em conformidade às legislações em vigência e, que a  
70 elaboração do mesmo seria um processo em etapas junto às entidades e a primeira delas, já está  
71 em fase final de conclusão. Neusa explicou que deveriam fazer uma reunião conjunta com CMDCA  
72 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que possamos elaborar uma  
73 Resolução Conjunta, pois o cumprimento deste plano de reordenamento, deverá ser fiscalizado  
74 pelo CMDCA e CMAS. Lídia C. L. Loback, representante do Acolhimento NUSELON, observou que  
75 foi o Ministério Público que cobrou sobre o repasse do recurso, pois as entidades executam um  
76 serviço público do município e para se adequar precisa de recursos, pois os repassados são  
77 insuficientes. Lídia falou que esse repasse foi cobrado pelo MP justamente porque são insuficientes  
78 quando tem que cumprir várias coisas que deveriam ser ofertadas pela rede de serviços e não são,  
79 pelas políticas de assistência, saúde, educação, entre outras. Lídia ressaltou que o acolhimento  
80 seria a casa deles e que os atendimentos deveriam ser realizados fora da casa, mas estão indo na  
81 contramão e cobrando para que os acolhimentos realizem as atividades dentro do acolhimento.  
82 Lídia solicitou providências desse conselho para que se apropriem da discussão e não obriguem os

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

83 acolhimentos a retrocederem, pois, deixar a criança e adolescente só dentro seria tirar o direito de  
84 viver em sociedade, seria uma segregação urbana. A Conselheira Sara, abordou que não se trata  
85 de culpabilizar o acolhimento, mas dar condições para os mesmos se reordenarem, lembrando que  
86 isso não saiu da cabeça de uma pessoa, mas o que estão solicitando tem embasamento nas  
87 legislações vigentes. Lídia ainda ressaltou que as legislações devem ser cumpridas, contudo deve-  
88 se conhecer o serviço e realidade da rede de serviços a qual esse serviço está inserido, para não  
89 retroceder nos avanços conquistados. Neusa Tiba perguntou quando seria apresentado o plano de  
90 reordenamento para aprovarem o repasse do recurso. A Senhora Uani R. Barbosa, representante  
91 da casa de Maria falou que a Casa de Passagem tem assumido cada vez mais o papel do  
92 atendimento da rede, por falta de acolhida desses adolescentes nos diversos serviços e há uma  
93 ausência de cobrança do MP nesse sentido. Sara colocou que um dos apontamentos do Ministério  
94 Público é que os profissionais tenham que estar dentro das unidades. Sara ressaltou a importância  
95 de realizar as atividades fora dos acolhimentos, mas ressaltou que dentro também precisam ocorrer  
96 e para isso precisa reordenar e terem uma metodologia definida. Genoveva S. P. Oliveira  
97 representante do Lar Anália Franco relatou que a construção de uma metodologia e criar espaços  
98 de atividades internas é muito difícil pela dificuldade de se capacitar a equipe de educadores, há  
99 muita rotatividade, baixos salários, e acaba recaído qualquer decisão para a equipe técnica. A  
100 presidente Neusa, ressaltou a importância de uma resolução conjunta com CMDCA para fazerem o  
101 processo de reordenamento com vistas a trazer benefícios para as crianças e adolescentes que  
102 necessitam do serviço. O conselheiro Claudio Melo, relatou que atua como conselheiro também no  
103 CMDCA e que esse assunto não teria sido discutido no referido conselho e observou que para  
104 deliberarem precisariam fazer a discussão do assunto antes, pois sem essa discussão não iriam  
105 deliberar sobre orçamento. Neusa Tiba sugeriu que Sara apresente o plano de reordenamento na  
106 próxima reunião do conselho, para que este possa aprovar o orçamento previsto para o  
107 reordenamento. A Sara respondeu que isso dificultaria o processo, pois teriam urgência de  
108 encaminhar resposta ao MP. Neusa sugeriu que seja aprovado a proposta de remanejamento e  
109 destinação do referido recurso, bem como os valores recebidos de fontes externas, mas com a  
110 ressalva, colocando como condição de repasse a assinatura do Termo com a compromisso de  
111 cumprimento das condições estabelecidas na Resolução conjunta entre CMAS e CMDCA que  
112 tratará do plano de reordenamento, para evitar prejuízo no atendimento ao público. A proposta foi  
113 levada para apreciação da plenária e foi aprovada condicionado a aprovação do plano de  
114 reordenamento no CMDCA e CMAS, visto que o efetivo repasse só seria feito a partir disto. **4.**  
115 **Recurso do IGD-Bolsa Família e Cadastro Único:** Renata Favaro, Gerente do Transferência de  
116 Renda, relatou que discutiram sobre o recurso do IGD-Bolsa Família na última reunião da comissão  
117 de fundo. Renata falou que já foram comprados os carros, computadores e que a resolução que  
118 compraria os 25 tablets poderia ser redirecionada para ser gasto em outras coisas, entre elas  
119 capacitações, diárias para cadastradores, ressaltando a importância da capacitação, visto que o  
120 processo de trabalho incorreto poderia inviabilizar o acesso da família ao benefício. Renata sugeriu  
121 alteração da resolução, direcionando o valor de R\$25.000,00 para despesas com diárias no valor  
122 de R\$4.650 (quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) e despesas com correios no valor de  
123 R\$ 20.350,00 (vinte mil e trezentos e cinquenta reais), pois o envio de correspondência é bem  
124 intenso. O Senhor Carlos perguntou se houve mudanças na idade para receber o BPC - Benefício  
125 de Prestação Continuada. Renata respondeu que não mudou nada, mas teriam propostas de  
126 mudança constante na reforma da previdência que será discutida do congresso. Senhor Carlos

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

127 também perguntou sobre o BPC bloqueado. Renata relatou que está conversando com Selma do  
128 INSS, pois parece que recorrer para desbloqueio seria tudo online pelo INSS. Renata lembrou que  
129 o público não teria como fazer recursos online e seriam muito prejudicados. Marina observou que o  
130 CRAS Rural atendeu situação de bloqueio, pelo usuário não ter feito o CAD, e o INSS informou  
131 para usuário ficar ligando dia a dia para resolverem a situação, logo isso inviabilizaria o acesso do  
132 usuário. Renata disse que precisaria verificar a situação, Marina respondeu que a própria recepção  
133 havia ligado e confirmado a informação com registro do número de protocolo no IRSAS. Renata  
134 relatou que bloqueia por dois meses e se o usuário não fizer a solicitação de desbloqueio ele  
135 perderá o benefício tendo que entrar com pedido novamente. Após discussão Neusa Tiba solicitou  
136 apreciação da plenária para aprovação da proposta da realocação do recurso. Proposta foi  
137 aprovada pela maioria. Na sequência, Renata, apresentou a prestação de contas referente a  
138 realização do cadastro único no período de 06/04 a 11/05, onde foram agendados 1971 cadastros,  
139 foram preenchidos 1245 e 811 não compareceram para atendimento, pontuou que nos referidos  
140 mutirões conseguiram incluir demandas reprimidas e várias famílias acessaram pela primeira vez  
141 ao benefício Bolsa Família e que as agendas estão com prazo razoável de espera. 5. Apresentação  
142 do Plano de Trabalho do Programa ACESSUAS: Rodrigo Zambon, Gerente de Inclusão Produtiva,  
143 apresentou o plano de trabalho do programa ACESSUAS trabalho, sinalizou que o plano será  
144 direcionado ao público da política de Assistência Social e demais políticas e, também explicou que  
145 será um OSC parceria para execução do programa, mediante chamamento público. Marilda  
146 representante da Casa do Caminho perguntou se poderiam fazer parcerias com essas entidades  
147 para que as oficinas fossem realizadas nos SCFV. Rodrigo explicou que sim, pois essas parcerias  
148 fazem parte do planejamento para execução do plano de trabalho do ACESSUAS. Neusa falou que  
149 na apresentação desse plano, toda a rede socioassistencial deverá ser convidada para fazerem  
150 essas parcerias, pois todas as famílias dos atendidos poderiam se beneficiar desse programa. 6.  
151 Relato de comissões: a) Comissão de Fundo: B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e  
152 Avaliação de projetos e Programas; c) Comissão de Legislação: Neusa Tiba explicou que foi  
153 enviado um projeto de lei para mudança da lei que regulamenta o conselho Municipal de  
154 Assistência social e que o mesmo voltou com indicação de correções, mas que quanto ao prazo  
155 para realização das conferências municipais, iriam solicitar que continue com ordinárias a cada 4  
156 anos, conforme previsto na NOBSUAS 2012. Rodrigo falou que deveriam seguir a legislação  
157 federal para conferências no período de 4 em 4 anos, no entanto, fizeram uma emenda de dois em  
158 dois anos. Rodrigo sugeriu que enviem novamente solicitando alteração do texto para seguir a  
159 legislação em vigência, para que as conferências ordinárias sejam realizadas a cada 4 anos e a  
160 extraordinária após dois anos para avaliarem se as propostas estariam sendo executadas. A  
161 presidente Neusa informou que recebeu nesta semana e-mail do Conselho Estadual de Assistência  
162 Social convidando para a reunião a ser realizada no dia 10 de julho, para discutir sobre as  
163 Conferências. No entanto, já está agendado nesta data a realização da Conferência Municipal de  
164 Assistência Social de Londrina, para não perder o prazo legal para nomeação dos novos  
165 conselheiros no início de agosto. Neusa sugeriu a realização das Prés Conferências em cada  
166 CRAS e Centro POP, no qual poderão indicar 5 delegados usuários titulares e 5 delegados  
167 suplentes, pela rede de serviços (considerando que no II Plano Decenal há metas que diz respeito a  
168 atuação na perspectiva da intersectorialidade das diversas políticas públicas) e pelos trabalhadores  
169 do SUAS. A conselheira Giselia falou que muitos Municípios irão aguardar a Conferência Estadual e  
170 Londrina não aguardará e perguntou no que isso implicaria. Neusa explicou que pela lei Municipal

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

171 não teriam como aguardar, pois, os conselheiros não poderão permanecer após vencimento de  
172 mandato. Claudio observou que foi discutido em Brasília sobre a falta de paridade dos conselhos e  
173 o boqueio de recursos. Que nomear os conselheiros dentro do antigo formato iria implicar  
174 novamente a questão do cumprimento de paridade para funcionamento do CMAS para recebimento  
175 de recursos. O conselheiro, Luís Mangili - assessor do Gabinete da SMAS sugeriu que se  
176 acrescentasse no final do projeto de Lei o indicativo dando poderes ao conselho a realizar nova  
177 eleição de conselheiros a partir da aprovação de novos conselheiros. Foram levantadas questões  
178 pela plenária de como seriam essa nova eleição, como contaria novo mandato para aqueles que  
179 ficaram apenas 1 ou 2 meses e após teria uma nova eleição nos moldes da nova lei. Neusa  
180 observou que as vacâncias tem sido um problema e o município tem constantemente respondido  
181 por isso, correndo o risco de ter o repasse de recursos bloqueado. Senhor Carlos disse que  
182 também é papel do conselheiro cobrar dos usuários para participarem das Prés Conferências,  
183 conseguir a representação necessária. A Conselheira Marina Andrade e Jaqueline Teles,  
184 coordenadora do CRAS Centro A questionaram se os Conselheiros iriam participar das prés  
185 conferências. Neusa respondeu que sim, pois seria o CMAS responsável pela coordenação da  
186 Conferência e das prés conferências. Relatou que após todos os serviços enviarem as datas seria  
187 realizado uma escala para que pudessem garantir a participação de um conselheiro governamental  
188 e um conselheiro da sociedade civil em cada pré conferencia. O conselheiro Rodrigo sugeriu que  
189 propôs realizar em conjunto a pré dos trabalhadores com a pré da rede socioassistencial. Neusa  
190 explicou que não tem como fazer em conjunto, pois os trabalhadores seriam da rede  
191 socioassistencial, serviços da política de assistência social, mas quando se trata de prés das  
192 entidades incluem todas as políticas públicas. Para tanto sugeriu 3 formatos de prés conferências:  
193 pré com usuários dos CRAS, uma para trabalhadores e outra para rede intersetorial. Claudio falou  
194 que seria difícil cumprir todas as três etapas. Luana também falou que seria inviável pelo pouco  
195 tempo, sugeriu que deixasse a avaliação da rede para os novos conselheiros fazerem. Neusa  
196 sugeriu fazerem junto pré de trabalhadores e rede, e sinalizou a importância de formar uma  
197 comissão para fazerem os contatos e garantirem a participação de representantes de outras  
198 políticas, enviando ofício aos secretários. Marina lembrou que os representantes das diversas  
199 políticas estariam presentes no GIACA e poderiam ser convidados, pois durante todo o ano  
200 participam das discussões da rede e teriam todas as possibilidades para realizarem a avaliações do  
201 trabalho da Assistência Social no território. A presidente ressaltou a importância de a comissão  
202 organizadora encaminhar ofícios para os secretários municipais em conformidade a nova proposta  
203 de composição do CMAS para indicar seus representantes. Neusa informou que as servidoras  
204 Samia e Gisele da SMAS estão preparando o diagnóstico do município territorialmente e que o  
205 apresentariam no dia da Conferência, junto com o Relatório de Gestão da Secretaria de Assistência  
206 Social. Quanto ao relatório de Gestão deste Conselho, a presidente propôs que cada coordenador  
207 das comissões do CMAS fará a apresentação dos trabalhos realizados nessa gestão e, a mesa  
208 diretora também fará o relato. Dessa forma, segundo Neusa Tiba, todos poderiam participar deste  
209 processo de avaliação evitando que a fala do conselho seja centralizada numa única pessoa. Foi  
210 deliberado pela plenária a data para realização da pré dos trabalhadores juntamente com a rede  
211 socioassistencial para o dia 01 de julho de 2019 no período da manhã ficando de definir o local,  
212 Caritas ou Guarda Mirim. B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e Avaliação de projetos e  
213 Programas: Comissão de Acompanhamento: o conselheiro Rodrigo Zambon, abordou a questão da  
214 OSC –INAVIVA, que conforme deliberação em reunião anterior, foi encaminhado ofício sinalizando

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

215 que a entidade deveria regularizar o quadro de recursos humanos, visando atender a Tipificação  
216 Nacional de Assistência Social ou caso tivesse interesse proceder o pedido de inscrição na  
217 modalidade Defesa de Direitos. Rodrigo relatou que a OSC, apresentou a contratação de um  
218 coordenador, que não atende os critérios da legislação pertinente. Após discussão, a plenária  
219 deliberou pelo envio de novo ofício, solicitando resposta em três dias, caso não haja interesse da  
220 OSC, proceder-se-á o cancelamento de inscrição. 7. Relato da participação dos conselheiros no  
221 130º Encontro de Apoio Técnico do FNAS: o conselheiro Claudio Rufino, relatou que o curso iniciou  
222 com a abertura da presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e com o técnico da  
223 Secretaria do Fundo Nacional de Assistência Social. Após as apresentações a condução dos  
224 trabalhos foram realizados pelo Sr. André Yossan, técnico do ministério, que iniciou os trabalhos  
225 explicando sobre os Blocos de Financiamento da Assistência Social, de acordo com o técnico, há  
226 flexibilização na utilização dos recursos dentro de cada bloco de financiamento. Na sequência foi  
227 explicado sobre a Suspensão e Priorização nos repasses dos recursos do Fundo Nacional de  
228 Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social. Segundo a Portaria 36/2014, o  
229 município que tem 12 parcelas de recursos financeiros em conta tem os repasses bloqueados  
230 (suspensão), além disso, o Fundo Nacional trabalha com a priorização de repasses de recursos, ou  
231 seja, o Cronograma de Pagamento é priorizado para os Fundos Municipais que não tem recursos  
232 financeiros em conta, os que têm recursos em conta mesmo que seja inferior a 12 parcelas  
233 recebem os recursos após os municípios que possuem menos parcelas em conta. O orçamento da  
234 União é até a modalidade de aplicação, ou seja, a união não empenha por Elemento de Despesa,  
235 assim, segundo os técnicos do ministério a execução dos recursos é de responsabilidade da  
236 Secretaria Municipal de Assistência Social. O conselho Municipal de Assistência Social delibera  
237 sobre a Política de Assistência Social, ou seja, a aplicação dos recursos dentro dos Blocos da  
238 Assistência Social (a secretaria executiva do Ministério está aberta para responder as demandas  
239 dos municípios). Segundo os técnicos do Ministério, o município que não tiver o Plano Municipal de  
240 Assistência Social aprovado pelo conselho e o mesmo não estiver funcionado com composição  
241 paritária, será impedido de receber recursos federais (Fundo Nacional de Assistência Social para os  
242 Fundos Municipais de Assistência Social). O técnico do ministério explicou também, que as  
243 transferências voluntárias serão realizadas dentro dos blocos de financiamento, que será  
244 operacionalizado pelo Ministério. Todavia, cada parlamentar terá 16 milhões de recursos para  
245 Emendas Parlamentares, destas 50% tem que ser destinadas para a Política de Saúde e os 50%  
246 restante livre para outras políticas. As emendas parlamentares podem ser feitas com destinação de  
247 recursos para entidade de assistência social, e segundo os técnicos do ministério a aplicação dos  
248 recursos é vinculado ao objeto da emenda parlamentar. Após a apresentação dos relatos,  
249 respondeu há alguns questionamentos da plenária. A reunião foi encerrada às 16h45, sendo o que  
250 havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, segunda secretaria deste Conselho, redijo  
251 a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.